EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA CESTA BÁSICA DE HORIZONTINA/RS E PORTO ALEGRE/RS ENTRE ABRIL DE 2011 E SETEMBRO DE 2012

Janete Stoffel[1]
Diele Adriane Kreutz[2]
Sheila de Carli[3]
Tais Rusniak[4]

RESUMO

Mensalmente alunos do curso de Ciências Econômicas da FAHOR efetuam a coleta de preços dos itens da cesta básica no município de Horizontina (RS). A metodologia utilizada para o referido trabalho segue os procedimentos do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos, o qual efetua os cálculos nas capitais dos Estados brasileiros. No presente trabalho o objetivo é apresentar os resultados do levantamento realizado entre os meses de abril de 2011 e setembro de 2012, comparando-o com os valores apurados em Porto Alegre (RS), onde o levantamento é realizado pelo próprio Dieese. Apesar das diferenças de localização e de tamanho entre os dois municípios, é possível observar semelhanças nos preços de alguns dos produtos pesquisados e se observado o valor da cesta básica há pouca diferença entre os dois locais.

Palavras chave: Cesta Básica. Inflação. Comportamento. Consumidor.

1 Introdução

Acadêmicos do curso de Ciências Econômicas da Fahor realizam mensalmente o levantamento de preços dos itens da cesta básica, utilizando como metodologia os procedimentos adotados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012). O referido levantamento busca contemplar objetivos que envolvem ensino, pesquisa e extensão. Num primeiro momento constitui-se de uma pesquisa na qual os alunos, participantes do projeto, efetuam os levantamentos de preços nos estabelecimentos comerciais do setor varejista de alimentos. Estas informações são subsídios para atividades realizadas em sala de aula pelos docentes. Estas devem resultar em artigos e trabalhos acadêmicos que contribuem para a consolidação da pesquisa. Já a extensão acontece na interação entre os alunos, a instituição, os estabelecimentos comerciais e a utilização que a sociedade faz das informações sobre a cesta básica. E neste sentido a sociedade tem demandado as referidas informações, onde o canal que torna públicos os resultados são os meios de comunicação: jornais, emissoras de rádio, sites e emissora de televisão.

O levantamento de preços dos itens da cesta básica começou a ser realizado pelos acadêmicos de Ciências Econômicas da FAHOR em abril de 2011, tendo sido escolhidos os municípios de abrangência da instituição como aqueles em que são efetuadas as coletas. Neste artigo serão comentados os resultados observados no município de Horizontina, no

[1] Economista. Coordenadora do curso de Ciências Econômicas da FAHOR. E-mail: janete@fahor.com.br
[2] Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da FAHOR. E-mail: dk001423@fahor.com.br
[3] Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da FAHOR. E-mail: sc001370@fahor.com.br
[4] Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da FAHOR. E-mail: tr001489@fahor.com.br

qual são pesquisados oito estabelecimentos comerciais, visitados regularmente pelos acadêmicos, no primeiro sábado de cada mês.

Com base nas informações coletadas pelos acadêmicos no período de abril de 2011 a setembro de 2012, no município de Horizontina, este artigo se propõe a efetuar uma comparação entre estes resultados, comparando-os com aqueles disponíveis para o município de Porto Alegre/RS e que foram coletados pela equipe do DIEESE (2012). O problema que se propõe investigar é a verificação sobre quais as principais diferenças no que tange aos valores praticados nos dois municípios, considerando que Porto Alegre é a capital do Estado, na qual a população corresponde a 1.409.351 habitantes enquanto Horizontina é um município localizado na Fronteira Noroeste do Estado com uma população de 18.348 habitantes (IBGE@CIDADES, 2012). Ressaltando que as duas cidades se distanciam por aproximadamente 500 km uma da outra.

Na busca de construir respostas para o problema de pesquisa acima descrito este artigo realiza inicialmente uma revisão bibliográfica onde são focados temas como o papel dos preços na macroeconomia, focando objetivos da macroeconomia, o papel da inflação e dos preços. Na continuidade são comentados aspectos sobre a metodologia utilizada na pesquisa de preços da cesta básica e por fim são avaliados os dados da pesquisa elaborada pelos acadêmicos da FAHOR em Horizontina, comparados com os do DIEESE em Porto Alegre.

2 Papel dos preços na macroeconomia

Os preços são a medida que permite aos trabalhadores e consumidores avaliar o tamanho de sua renda, de seu poder aquisitivo. Construindo comparações entre a atualidade e o passado, Hall e Lieberman (2003) mencionam que no início do século XX, um trabalhador americano médio, cumpria uma carga horária de 60 horas semanais, obtendo uma renda anual de $ 450 e com expectativa de vida de 47 anos. Na época, caso o trabalhador adoecesse gravemente, os recursos para tratamento eram escassos e os poucos remédios que existiam não faziam os efeitos necessários. Atualmente, o trabalhador médio está em condição consideravelmente melhor, a carga horária semanal passou para 35 horas, e a renda anual foi elevada para $ 31.000. Além do salário o trabalhador recebe inúmeros benefícios e a expectativa de vida para um homem médio passou para 73 anos e as mulheres para 80 anos.

No Brasil as mudanças também foram significativas no decorrer do século XX, de forma que a renda da população aumentou, seja no período entre as décadas de 1960 e 1970 ou ainda agora no início do século XXI. Vasconcellos e Garcia (2004) tratam do crescimento da economia brasileira no final da década de 60 até grande parte da década de 70. Deste período mencionam que houve uma diferença significativa na faixa de renda entre diversos grupos econômicos e regiões brasileiras, caracterizado este período como o "milagre econômico" no qual a concentração de renda foi um dos piores resultados. Politicamente defendia-se que era necessário primeiro fazer com que o 'bolo' crescesse para depois reparti-lo (VASCONCELLOS; GARCIA, 2004). Sobre esta teoria, Hall e Liederman (2003) argumentam que o crescimento do bolo econômico, oferece a possibilidade – pelo menos em tese – de o cidadão usufruir de um pedaço maior do bolo, porém na prática o crescimento não beneficia todos, pois alguns grupos melhoram seu padrão de vida mais rapidamente do que outros.

As mudanças drásticas no bem-estar econômico se devem ao rápido crescimento econômico. Nos Estados Unidos, assim como na maioria dos países desenvolvidos, a produção de bens e serviços aumentou mais rápido do que a população. Com isso o cidadão médio pode consumir mais produtos e serviços do que no século passado. O

crescimento econômico é monitorado pelos economistas através do PIB real, que é o total de bens e serviços que um país produziu durante o ano (HALL E LIEBERMAN, 2003). Sobre o crescimento econômico, Parkin (2009) o define como "a expansão das possibilidades de produção da economia, podendo ser visualizado como um deslocamento para fora da fronteira de possibilidades de produção (FPP)" (p. 458).

O crescimento econômico é condição necessária, porém não suficiente para que o desenvolvimento econômico ocorra. Apenas gerar maior volume de produção não significa que todos estão melhorando suas condições. O acesso ao emprego e renda precisa ser democratizado de forma que todos possam participar da 'divisão do bolo' da geração e distribuição de riquezas. Em países com disparidades antigas como no caso brasileiro as mudanças não são rápidas, sendo necessária a adoção de políticas que permitam o avanço econômico e social o que resultará em melhores condições de vida, senão para todos, mas ao menos para a maioria. Mas este caminho não é curto e passa pela geração de empregos e a superação do problema do desemprego.

Conforme Vasconcellos (2002) a questão do desemprego, que eclodiu principalmente a partir dos anos 30 devido à crise ocorrida em 1929, é o que permitiu uma análise mais aprofundada sobre a política econômica, com o objetivo de fazer a economia recuperar o nível de emprego potencial. Sobre o assunto, Hall e Lieberman (2003) argumentam que ao não atingir o pleno potencial econômico, existem milhões de pessoas desempregadas que poderiam estar gerando produtos que todos poderiam usar. Além disso, os autores ressaltam que a renda e a capacidade para comprar bens e serviços, das pessoas que não possuem emprego, decrescem. Mesmo que muitas dessas pessoas recebam auxílios do governo, os desempregados costumam ter padrões de vida inferiores aos dos empregados.

Além de ser importante que as pessoas estejam empregadas para que possam ter renda e consequentemente efetuarem suas aquisições, também a estabilidade dos preços é fundamental para a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores e consumidores. Sobre a estabilidade dos preços Rossetti (2003) explica que esta acontece quando os índices de variações ficam próximos a zero. Neste sentido,

> O objetivo macroeconômico é manter os preços estáveis e, ainda, o equilíbrio estrutural entre os níveis relativos dos preços dos diferentes bens e serviços produzidos. A estabilidade se estabelece quando, em mercados livres, os índices de variação de preços ficam próximos ao zero; o equilíbrio estrutural entre preços ocorre quando não se observam transferências líquidas de renda entre os diferentes setores de atividade produtiva, mantendo-se razoavelmente simétricos ao longo do tempo os índices de preços pagos e recebidos (ROSSETTI, 2003, p. 721-722).

Quando acontecem mudanças ou variações agudas e persistentes nos preços o resultado corresponderá a desequilíbrios macroeconômicos. Tanto a inflação que corresponde a aumentos generalizados e persistentes nos preços, quanto a deflação que corresponde ao inverso, são reflexos de que o desempenho econômico daquele país não vai bem. Uma vez que é a estabilidade de preços o objetivo desejado da macroeconomia (ROSSETI, 2003).

Em relação ao tema estabilidade de preços, a inflação tem um custo muito elevado para a sociedade. Quando as taxas de inflação são altas, os custos são logo percebidos e o poder aquisitivo da moeda diminui de tal forma que as pessoas querem desfazer-se dela. Essa situação faz com que as pessoas gastem o tempo e os recursos em busca de outras pessoas para trocar bens ou serviços umas com as outras. Isto resulta na queda do poder

aquisitivo das pessoas. No momento de tomar providências para diminuir a inflação, mesmo que esta seja moderada, o governo precisa adotar medidas corretivas dolorosas, que tem como resultado a diminuição da produção e consequentemente o aumento do desemprego (HALL; LIEBERMAN, 2003).

A inflação corresponde ao aumento contínuo e generalizado no nível de preços, sendo que inicialmente ela decorre de uma disputa entre os diversos agentes econômicos pela distribuição da renda (GREMAUD et al, 2004). Segundo Vasconcellos e Garcia (2004) a maneira mais tradicional de entender o processo da inflação é diferenciar a inflação provocada pelo excesso de demanda agregada (inflação de demanda) da inflação por elevação de custos (inflação de custos) e da inflação devida aos mecanismos de indexação de preços.

Caracterizando a inflação de demanda, Gremaud et al (2004) argumentam que esta ocorre quando a demanda agregada é maior que a produção disponível de bens e serviços, em outras palavras é possível dizer que existe muito dinheiro para poucos bens. Esse tipo de inflação tem mais chances de acontecer quando a economia está próxima do pleno emprego dos recursos. Quanto mais próximos do pleno emprego menores são as chances da produção se expandir rapidamente, portanto a maior consequência deve se dar sobre os preços. Vasconcellos e Garcia (2004) afirmam que para acabar com a inflação de demanda deve-se utilizar instrumentos que provoquem diminuição da procura agregada por produtos (redução dos gastos do governo, aumento da carga tributária, arrocho salarial, controle de crédito e elevação da taxa de juros).

A inflação de custos acontece quando os custos de insumos utilizados no processo produtivo aumentam, sendo estes repassados aos preços do produto final, uma vez que este está diretamente ligado aos custos de produção, se eles aumentam, cedo ou tarde, o preço do produto também aumentará. Um dos fatores que contribui para elevação dos custos de produção equivale aos aumentos salariais. Se a capacidade produtiva da mão de obra cresce na mesma proporção do aumento salarial, os custos por unidade produzida não são alterados, portanto não há motivos para a elevação dos preços dos produtos.

Para conter a inflação de custos as autoridades podem ser forçadas a impedir novos aumentos de preços, para não permitir que a atividade econômica sofra uma queda. A inflação de custos está relacionada a uma produção insuficiente, onde os recursos disponíveis não estão sendo plenamente utilizados. Se as autoridades têm como objetivo manter um alto nível de empregabilidade, isso só é possível através do incentivo à demanda agregada, seja por meio de política monetária ou fiscal (GREMAUD et al, 2004).

O terceiro tipo de inflação é a inercial caracterizada como um tipo de inflação de custos caracterizando-se como um processo reprodutor dos aumentos salariais e de preços (GREMAUD at al, 2004). Segundo Vasconcellos e Garcia (2004), a inflação inercial é um mecanismo automático de reprodução de preços. A elevação de um preço anterior é automaticamente transferida para todos os outros preços da economia, através de mecanismos de correção monetária, cambial e salarial, criando um sistema realimentador da inflação.

Para medir as taxas de inflação podem ser utilizados diversos instrumentos ou indicadores, conforme a necessidade para cada situação. Na continuidade deste texto são apresentados os principais indicadores utilizados no Brasil para mensurar as taxas de inflação.

Em 1978 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a ser o órgão responsável pela elaboração dos índices de preços ao consumidor do Ministério do Trabalho. Ao iniciar suas atividades o SNIPC (Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor) foi incumbido de elaborar dois índices de preços ao consumidor para o Brasil – um IPC restrito e um IPC amplo. No IPC restrito (INPC) o público alvo é constituído por

famílias que tem como fonte de renda o trabalho assalariado cujo rendimento esteja na faixa de um a oito salários mínimos (GREMAUD et al, 2004). Para o cálculo deste índice "todos os produtos são pesquisados ao longo dos períodos de referência e base de cálculo de modo a refletir o movimento dos preços" (idem, p. 355).

O IPC amplo corresponde ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) que se diferencia do INPC no que se refere a questão de definição da estrutura de ponderações e a classe social que serve de base. O cálculo desse índice é baseado em uma cesta de itens que representam o consumo de famílias com renda entre um e quarenta salários mínimos, sem distinguir a fonte desta renda (GREMAUD et al, 2004, p. 357). Os autores ressaltam que enquanto o INPC se destinava originalmente a indexar contratos de trabalho, o IPCA foi criado com o objetivo de constituir-se no indexador do mercado financeiro.

Outro índice utilizado para aferir as taxas inflacionárias é o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). São realizados cálculos semanais das variações quadrissemanais do IPC no município de São Paulo para famílias que tem renda entre 1 e 10 salários mínimos. Para a realização desse cálculo leva-se em conta a amostra total das cotações do IPC mensal que é desmembrada em quatro subgrupos, cada um coletado no período mínimo de 7 e no máximo 8 dias, que compõem a semana da coleta. Esse sistema sempre engloba um período total de 8 semanas e as variações são apuradas através da divisão dos preços médios das 4 semanas de referência pelos preços médios das quatro semanas anteriores (base). Assim, para alcançar uma série sequencial de índices, quadrissemanais, leva-se em consideração sempre as 8 semanas acrescentando no cálculo os dados dos preços coletados na última semana automaticamente, descartando-se da operação as informações referentes a semana mais antiga (FIPE, 2012).

Já o IGP (Índice Geral de Preço) cujo levantamento é efetuado pela Fundação Getúlio Vargas, registra variações nos preços de matérias primas, produtos intermediários e de bens e serviços finais. Este índice é apresentado em três versões que diferem no período do mês onde são coletados os preços para cálculo do índice. Os preços coletados em cada período são comparados aos coletados nos 30 dias imediatamente anteriores (FVG, 2012). O IGP é composto por três índices: IPA (Índice de Preços por Atacado); IPC-BR (Índice de Preços ao Consumidor- Brasil); INCC (Índice Nacional da Construção Civil), onde cada componente representa uma fase do processo produtivo (GREMAUD, et al, 2004).

Dentre os levantamentos de preços realizados pelas diferentes instituições de pesquisas e de apuração de taxas de inflação pode ainda ser mencionado o DIEESE que apura os preços dos itens da cesta básica nas capitais das Unidades da Federação brasileira. Para compor a cesta básica nacional o DIEESE, monitora os preços dos produtos básicos para alimentação. Considera também que os hábitos, quantidades, e produtos consumidos, que variam de região para região.

Utilizando enquanto parâmetro a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE nas capitais, em que são apurados os gastos médios das famílias com os itens da cesta básica, foi possível estabelecer os locais que as famílias mais frequentam para adquirir os produtos da cesta básica. Para cada produto são estabelecidos os tipos, marcas e unidades de medidas adquiridas pelos consumidores e efetuado o levantamento de preços nos estabelecimentos que compõem a amostra da pesquisa (DIEESE, 2012). No caso do levantamento realizado nas capitais dos Estados, a instituição apresenta uma adaptação de acordo com a realidade de cada região, podendo divergir em alguns produtos conforme os gostos e preferências regionais, o que também é evidenciado na POF.

Uma cesta básica é formada por um conjunto de bens necessários para alimentação de um trabalhador adulto no período de um mês. Rocha (2008) salienta que a cesta básica pode ser composta somente por produtos alimentícios ou também por produtos de higiene pessoal e limpeza, sendo que a lista de produtos pode variar conforme a finalidade, a região de estudo ou metodologia utilizada. No caso da cesta de que estamos falando neste artigo, são considerados apenas treze itens alimentícios, com as quantidades individuais consideradas necessárias e suficientes para que um trabalhador adulto se alimente durante o período de um mês.

Os levantamentos dos preços da cesta básica, efetuados pelo DIEESE, ocorrem sempre na mesma semana do mês e no mesmo dia da semana. Isso é importante, pois diversos estabelecimentos costumam fazer ofertas em determinados dias da semana, se o levantamento de preços acontecer em dias distintos, pode acarretar em variações de valores que não necessariamente significa inflação ou deflação, mas políticas de marketing.

Existem vários fatores que devem ser levados em consideração quando falamos no aumento do preço dos alimentos, pois um fator leva a outro, e assim sucessivamente. Os fatores de aumento de preços podem ser climáticos (enchentes, seca, granizo, frio, geada, calor), podem ser também o aumento do preço do petróleo, o que encarece o custo de transporte, provocando excesso ou escassez de produção, o que afetará os preços praticados, além de outros fatores que podem alterar os preços praticados (LEITÃO; GRIBEL, 2011).

Além da abordagem em torno dos preços, há ainda outros determinantes que influenciam o consumo, os quais são comentados no próximo item.

3 Determinantes do comportamento do consumidor

Existe uma máxima na economia na qual afirma-se que “as necessidades das pessoas são ilimitadas enquanto os seus recursos são limitados”, isto significa que as pessoas nunca estarão completamente satisfeitas, pois sempre estarão surgindo novas necessidades de consumo. O ato de consumir provém da busca pela satisfação de necessidades. Estas necessidades podem ser de alimentação, de vestuário, de habitação, de educação, de saúde, de segurança, de lazer, entre várias outras. E na busca de atendê-las o consumidor estará obtendo sua satisfação. Cada objeto ou produto consumido tem para o consumidor uma utilidade, mesmo que apenas momentânea. E esta utilidade é algo bastante subjetivo, que depende de cada consumidor, de sua particularidade. Procurar intervir nesta subjetividade é o que as empresas tentam fazer na tentativa de aumentar seu número de consumidores. Sempre existirão várias opções dentre as quais o consumidor poderá efetuar suas escolhas. E dentre estas escolhas situam-se as empresas e os produtos que estas comercializam, mas quem define e efetua estas escolhas é o próprio consumidor (VASCONCELLOS, 2002).

Economicamente falando, o consumo é determinado pelas seguintes variáveis: preço do produto, preço dos complementares e preço dos substitutos deste produto, renda, e gosto dos consumidores. Cada uma destas variáveis tem seu peso e seu valor para o consumidor, no momento de decidir e fazer suas escolhas de compra.

A determinação dos preços dos produtos depende de uma série de fatores. O primeiro fator a influenciar o preço é o tipo de mercado em que a empresa vendedora está situada. Se esta empresa opera em condições concorrenciais, quando em seu mercado de atuação existem muitos concorrentes, então os preços tendem a ser definidos pelo mercado e cada empresa precisa se adequar aquele preço que o mercado está disposto a pagar, ou aquele preço que as concorrentes estão cobrando.

Por outro lado quando uma empresa tem poder de mercado, na condição de oligopólio ou monopólio, então os preços por ela praticados tendem a ser determinados pelas condições nas quais atuam. Uma empresa faz parte de um oligopólio quando são poucas as empresas que atuam no mercado, sendo poucos os concorrentes. Já um monopólio será aquela empresa que está sozinha no mercado, que não têm concorrentes. No caso de empresas oligopolistas a definição do preço dependerá das estratégias utilizadas pela concorrência e no monopólio geralmente dependerá das reações do mercado ao consumo de seu produto. Ou em outras palavras, nestas duas estruturas de mercado as empresas tem muito maior poder de decidir qual será o preço a ser praticado (PINHO & VASCONCELLOS, 2004).

Outro fator que influencia decisivamente nos preços dos produtos é a oferta disponível no mercado. Assim, nas épocas em que a colheita for boa, e caso não aumente a demanda (consumo) o reflexo será a queda nos preços. E quando a colheita for menor, a tendência é de que os preços aumentem. Exemplo disso é o consumo de frutas e verduras que são produtos sazonais. Na época de colheita destes produtos seus preços tendem a ser reduzidos, pois existe uma quantidade maior de produto à venda e como são produtos que estragam rapidamente, é preciso que sejam vendidos rapidamente, o que pode causar uma redução em seus preços.

A elevação dos custos das empresas é outro fator que também pode provocar aumento nos preços dos produtos. Quando ocorrem aumentos no salário dos trabalhadores é comum que os preços aumentem, ou se os insumos utilizados na produção dos bens tiverem elevação nos preços, os reflexos serão aumentos também nos preços finais dos bens comercializados, assim também os outros custos que aumentem generalizadamente podem provocar aumentos nos preços. Atualmente a inflação está em níveis aceitáveis, mas no passado brasileiro o consumidor conviveu com variações diárias nos preços devido à elevada inflação que predominava na economia brasileira. A taxa de câmbio em vigor no país também é fator que pode afetar os preços dos produtos (VASCONCELLOS, 2002). Pois muitos insumos e produtos finais têm preços que dependem da cotação da moeda estrangeira, por causa das exportações ou importações do produto.

A segunda variável que determina o consumo é o preço dos produtos complementares. Um produto complementar ao outro corresponde aquele que precisa ser consumido em conjunto com o seu par. Por exemplo, o carro e o combustível são bens complementares. Não é possível consumir um sem o outro. Pode-se afirmar, então que o volume consumido de um depende do preço do outro. Pois, se o preço da gasolina subir excessivamente, há chances de que os consumidores busquem diminuir as compras de automóveis cujo consumo de combustíveis é maior, podendo ocorrer uma elevação no consumo de motocicletas (cujo consumo de combustível é menor). Assim também pode ocorrer um aumento na demanda por automóveis que utilizem como combustível o álcool. Existem inúmeros produtos que são considerados complementares, ou seja, que para serem consumidos precisam do outro. E desta forma os preços de ambos influenciam no consumo do outro.

Por outro lado, existem também os produtos substitutos, que consistem na terceira variável determinante do consumo. Substitutos ou concorrentes são aqueles bens que satisfazem a mesma necessidade de um consumidor. É muito comum a existência do mesmo tipo de produto, mas com marcas distintas, tais como as várias marcas de sabão em pó. Ou, também produtos diferentes e que satisfazem a mesma necessidade, como no caso do sabão em barra e o sabão em pó. Assim, sempre que os produtos tiverem substitutos próximos, seu consumo tende a ser mais elástico. Ou seja, se uma empresa comercializa determinado produto que tem substitutos próximos, e decide elevar o preço daquele produto, esta atitude tende a reduzir o consumo do referido produto, pois os consumidores

poderão migrar para os substitutos que não tiverem elevado os preços. E a atitude contrária, de redução nos preços de um produto deste tipo, pode resultar em elevação nas vendas e também nas receitas.

No caso dos produtos que não possuem substitutos, a tendência é de que ocorram menos variações em seus preços, pois os consumidores ao precisarem do bem, sem outro para substituir, são obrigados a aceitar e pagar os reajustes nos preços. Geralmente as empresas monopolistas trabalham com produtos que tem pouco ou nenhum substituto. Esta característica contribui para aumentar seu poder de mercado e determinar os preços que desejam praticar.

A quarta variável determinante do consumo é a renda e sobre ela muito pode ser comentado. O primeiro aspecto é de que o montante de renda que os consumidores dispõem é que determinará a sua capacidade de consumo. Na microeconomia, a partir do nível de renda que o consumidor possui é que se determina a restrição orçamentária e se pode falar em poder aquisitivo. Ou seja, todos consomem conforme a renda lhes permite. É verdade que atualmente as empresas investem muito no crédito como meio de estimular e elevar os volumes de vendas. Mas é preciso considerar que mesmo nestas condições, em algum momento o consumidor terá de pagar este crédito, sendo que estes valores serão originários do montante de sua renda.

Utilizando conceitos econômicos, os produtos podem ser classificados como inferiores ou normais. Os bens normais são aqueles que na medida em que a renda for elevada, também será elevado o consumo destes bens e vice-versa. O consumo de frutas é um exemplo disto, se o consumidor tiver elevação em sua renda, assim também crescerá o consumo de frutas. Os bens inferiores, por sua vez, têm um comportamento distinto. Nestes, quando a renda for elevada o consumo tende a ser reduzido e vice-versa. Um exemplo a ser citado pode ser a carne de segunda, pois quando a renda dos consumidores cai tende a ocorrer uma elevação no consumo da carne de segunda, porém quando a renda se eleva, este consumo cai, pois as pessoas irão consumir a carne de primeira.

Os gostos correspondem a uma variável subjetiva e difícil de calcular no que tange aos determinantes do consumo. Nesta última variável as preferências de cada consumidor são importantes e estas diferem bastante entre as pessoas, o que exige que as empresas efetuem pesquisas para conhecer os seus clientes e consumidores. Para estudar seus consumidores as empresas utilizam as classificações, que podem ser por faixas etárias, estado civil, renda, profissão, endereços, escolaridades e outras várias formas de classificar o público alvo da empresa. Com estas classificações é possível verificar as preferências dos consumidores por grupos. Assim, mulheres e homens diferem nas suas preferências de consumo. Crianças, adolescentes, jovens, adultos e terceira idade também são classificações nas quais os gostos e preferências diferem. E outras várias formas de identificar semelhanças nos gostos do público alvo podem ser utilizadas pelas empresas, sendo necessário estar atento e estudar estes comportamentos, para então facilitar a satisfação de cada consumidor em sua subjetividade (SAMARA; MORSCH, 2005).

Em suma, todas as variáveis citadas (preço, preço dos produtos complementares, preços dos produtos substitutos, renda e gostos) contribuem na determinação do consumo. Mas pode-se afirmar que as duas variáveis que mais pesam nesta determinação são a renda e a existência de bens substitutos. Considere-se que a renda será o fator que limitará o volume de consumo que cada um pode fazer. Por outro lado, os substitutos permitem que seja feita a substituição entre produtos que satisfaçam a mesma necessidade, mas que apresentam preços distintos. Pois é importante que se compreenda que existem duas possibilidades para que o consumidor eleve a sua renda. A primeira é que ocorra um aumento real em sua renda, ou seja, o consumidor receba um maior volume de recursos financeiros. A outra forma é conseguir comprar produtos mais baratos que permitam que

se consiga adquirir um volume maior de produtos. Estes efeitos são chamados efeito renda e efeito substituição, respectivamente. As empresas são conhecedoras destes efeitos e no contexto deles é que também são tomadas as decisões relativas às vendas.

Tendo por embasamento as informações sobre a importância dos preços na estabilidade macroeconômica e conhecendo os fatores que influenciam no comportamento do consumidor, na continuidade deste artigo são apresentadas informações sobre o levantamento de preços da cesta básica, realizados pelos acadêmicos de Ciências Econômicas da Fahor, no município de Horizontina/RS, de forma a efetuar a comparação com os valores apurados pelo DIEESE em Porto Alegre/RS.

4 A metodologia de coleta dos preços da cesta básica em Horizontina/RS

A pesquisa de preços da cesta básica é realizada todo primeiro sábado do mês pelos alunos que integram o projeto de pesquisa desenvolvido no curso. No município de Horizontina são pesquisados os preços em oito estabelecimentos varejistas do ramo de alimentos (mercados ou supermercados), sendo estes, os estabelecimentos, que maior volume de vendas realiza no município.

A metodologia utilizada para o referido trabalho segue os procedimentos do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), o qual efetua os cálculos nas capitais dos Estados brasileiros. Para o cálculo dos gastos da cesta básica, são consideradas as quantidades necessárias para a alimentação de um trabalhador adulto no período de um mês, conforme quadro a seguir:

Quadro 1: Itens que compõem a cesta básica e respectivas quantidades

Alimentos	**Quantidades**	**Alimentos**	**Quantidades**
Carne kg	6,6	Pão Francês kg	6,0
Leite l	7,5	Café em pó kg	0,6
Feijão kg	4,5	Banana unidade	90
Arroz kg	3,0	Açúcar kg	3,0
Farinha kg	1,5	Óleo ml	900
Batata kg	6,0	Manteiga kg[5]	0,750
Tomate kg	9,0		

Fonte: DIEESE (2012)

Para cada item são pesquisadas as marcas mais comercializadas nos estabelecimentos pesquisados. Onde todos os preços encontrados são utilizados para calcular a média de preços do produto.

Após a coleta, os dados são compilados e tabulados, resultando em relatório que fornece dados sobre a evolução dos preços individuais, preços mínimos, médios e máximos praticados nos estabelecimentos do município. O levantamento também permite apurar quantas horas o trabalhador/consumidor terá que trabalhar para poder adquirir essa cesta; qual o montante de gastos que uma família média, de um casal e dois filhos pequenos, tem com cesta básica. Também é calculado o salário que a família deveria ter para assegurar as necessidades básicas com bem-estar, incluindo moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social (DIEESE, 2012).

A partir dos dados tabulados são elaborados relatórios dos resultados e que são publicados na imprensa falada e escrita, em âmbito local e regional, buscando oferecer para os consumidores informações sobre os valores necessários para a aquisição da cesta básica e como ocorreu a evolução dos preços entre os períodos considerados. Na

[5]A manteiga foi substituída pela margarina pelo fato deste ser este o produto mais consumido na região.

continuidade deste texto passam a ser comentados resultados da pesquisa efetuada em Horizontina, comparados estes com a pesquisa realizada pelo DIEESE na cidade de Porto Alegre no período de abril de 2011 a setembro de 2012.

5 Comportamento dos preços da cesta básica de Horizontina e Porto Alegre no período de abril de 2011 a setembro de 2012

Os alunos do curso de Ciências Econômicas da FAHOR iniciaram o levantamento de preços da cesta básica, em Horizontina, no mês de abril de 2011. Foi constituído um grupo de alunos que mensalmente visita oito estabelecimentos comerciais do ramo varejista de alimentos averiguando os preços de treze itens alimentícios que compõem a cesta básica (DIEESE, 2012). Com base na metodologia utilizada pelo Dieese, optou-se em coletar os preços sempre no primeiro sábado do mês. Os treze itens e respectivas quantidades são aquelas listadas no quadro 1 deste artigo.

Para cada item da cesta básica são efetuados levantamentos dos preços praticados para cada marca disponível nos estabelecimentos. De cada item são calculados os preços médios e este preço médio é multiplicado pelas quantidades consideradas necessárias para a alimentação de um trabalhador adulto durante um mês, cujas quantidades são aquelas que constam no quadro 1. Assim, no período de abril de 2011 a setembro de 2012 no município de Horizontina os gastos médios mensais para cada item da cesta básica estão ilustrados no quadro 2.

Quadro 2: Evolução dos gastos mensais (em R$) para cada item da cesta básica em Horizontina, entre abril de 2011 e setembro de 2012

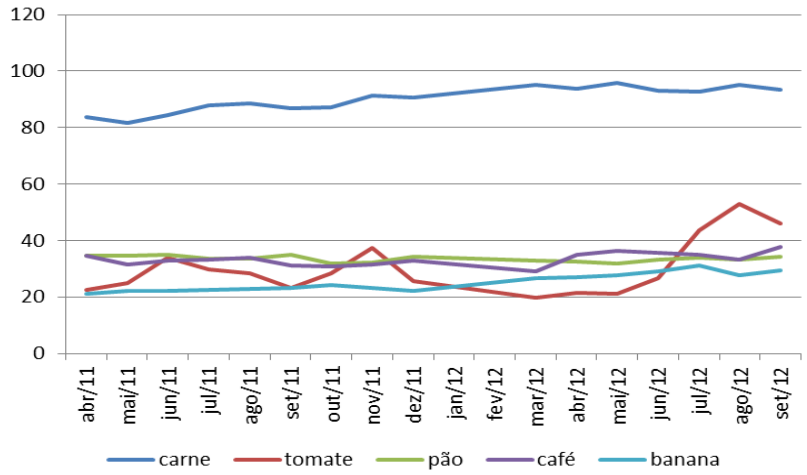
Mês/ produtos	carne	leite	feijão	arroz	farinha trigo	batata-inglesa	tomate	pão	café	banana	açúcar cristal	óleo	Mar-garina
abr/11	83,87	14,41	11,80	4,48	3,07	10,10	22,60	34,78	34,73	21,14	6,93	6,22	5,00
mai/11	81,71	14,61	11,19	4,84	2,62	11,13	24,81	34,79	31,36	22,22	6,71	5,95	5,20
jun/11	84,26	15,36	11,27	4,75	2,64	9,12	33,89	35,01	32,83	22,20	6,45	5,84	5,30
jul/11	87,81	15,16	10,88	4,55	2,71	9,08	29,73	33,72	33,38	22,60	6,17	5,75	4,96
ago/11	88,74	15,17	10,35	4,48	2,49	7,29	28,53	33,73	33,95	22,95	6,32	5,84	5,21
set/11	86,81	14,81	10,13	4,70	2,54	6,72	23,07	35,01	31,31	23,12	6,80	5,86	5,23
out/11	87,23	14,87	10,21	4,87	3,69	6,96	28,46	31,88	30,87	24,22	6,84	5,82	5,30
nov/11	91,23	14,72	10,30	4,92	2,45	8,24	37,48	32,12	31,66	23,26	6,57	5,96	5,49
dez/11	90,54	14,38	10,17	4,98	2,60	8,57	25,52	34,39	32,99	22,29	6,49	5,92	5,52
mar/12	95,03	13,94	13,76	5,19	3,94	7,40	19,68	32,75	29,03	26,62	6,33	6,07	5,66
abr/12	93,91	14,19	13,39	5,23	2,53	7,80	21,41	32,51	34,99	27,10	6,29	6,40	5,87
mai/12	95,72	14,86	13,73	5,27	2,48	8,22	21,29	31,83	36,48	27,81	5,21	6,90	5,51
jun/12	93,17	14,54	13,69	5,24	2,67	10,05	26,79	33,30	35,69	28,93	6,25	7,13	5,91
jul/12	92,79	14,10	14,38	5,30	2,48	9,47	43,63	34,10	35,07	31,26	6,16	6,87	6,00
ago/12	95,14	14,19	15,14	5,25	2,58	9,36	53,03	33,19	33,35	27,79	6,37	7,02	6,32
set/12	93,26	14,54	15,36	5,52	2,49	10,94	45,87	34,21	37,86	29,60	6,49	7,14	6,24

Fonte: Resultados da Pesquisa

Os resultados encontrados na pesquisa realizada em Horizontina indicam que o produto com maior peso na composição da cesta básica é a carne, seguida pelo pão e pelo café. No caso do café os valores são bastante elevados uma vez que o café pesquisado é o solúvel (devido à maior demanda) e sua disponibilidade é de embalagens com 50 ou 100 g,

assim quando convertido na quantidade consumida no mês o resultado é o valor constante no quadro 2. As variações nos preços dos cinco itens com maior peso na cesta básica estão ilustradas na figura a seguir.

Figura 1 – Evolução dos preços da carne, tomate, pão, café e banana no município de Horizontina no período de abril de 2011 até setembro 2012.



Fonte: Resultados da Pesquisa.

A pesquisa indicou e a figura ilustra que o tomate é o produto com maiores variações nos preços, seja na análise mensal ou mesmo no período todo.

Em relação à pesquisa realizada em Porto Alegre, os gastos mensais podem ser visualizados no quadro 3.

Quadro 3: Evolução dos gastos mensais (em R$) para cada item da cesta básica em Porto Alegre entre abril e dezembro de 2011.

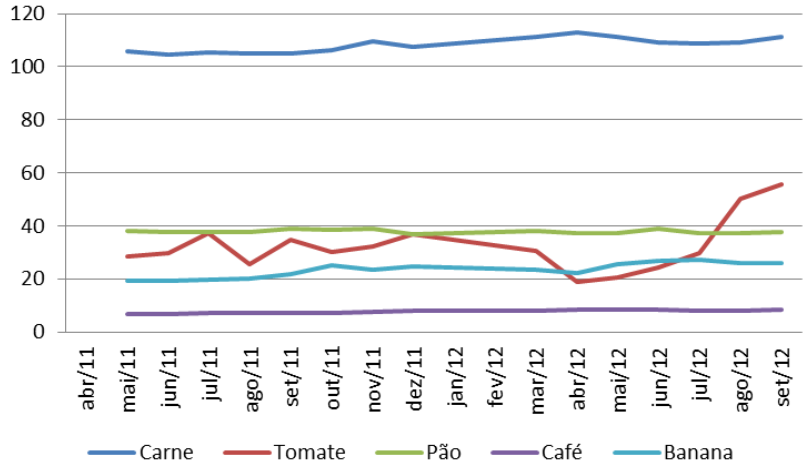
Produto/ Período	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Man-teiga
abr/11	105,80	12,67	12,78	5,10	2,28	9,72	28,26	38,22	6,69	19,35	6,27	3,36	14,12
mai/11	104,48	13,28	12,64	4,89	2,24	11,10	29,61	37,80	6,88	19,12	6,39	3,34	13,90
jun/11	105,27	13,12	12,42	4,74	2,20	9,06	37,26	37,86	6,94	19,80	6,36	3,31	13,88
jul/11	105,01	13,12	12,42	4,68	2,26	8,04	25,38	37,86	7,05	20,10	6,33	3,23	14,10
ago/11	105,01	13,12	12,69	4,65	2,24	7,20	34,83	38,70	6,96	21,75	6,57	3,19	14,33
set/11	106,06	12,90	12,51	5,19	2,32	7,74	30,33	38,34	7,14	25,12	6,93	3,26	14,23
out/11	109,69	13,20	12,64	5,10	2,34	7,98	32,22	38,94	7,48	23,25	6,84	3,40	14,25
nov/11	107,38	12,98	12,51	5,19	2,30	8,52	36,63	36,90	7,93	24,68	6,81	3,36	14,44
dez/11	111,34	12,67	12,96	5,16	2,37	7,56	30,60	38,16	7,98	23,32	6,75	3,32	14,65
mar/12	112,79	12,60	14,54	5,31	2,22	6,24	18,63	37,44	8,27	22,35	6,36	3,41	14,03
abr/12	111,34	12,90	14,40	5,22	2,22	7,02	20,34	37,44	8,30	25,72	6,15	3,47	13,57
mai/12	109,03	12,82	15,16	5,25	2,22	6,66	24,30	38,82	8,30	26,92	6,06	3,59	13,29
jun/12	108,83	12,67	15,84	5,46	2,26	10,14	29,52	37,08	8,00	27,08	6,00	3,66	13,70
jul/12	109,23	12,75	16,06	5,49	2,36	9,00	50,31	37,38	8,08	25,95	6,03	3,70	13,60
ago/12	111,14	12,60	16,47	5,64	2,37	8,88	55,80	37,56	8,24	25,95	6,21	3,68	13,72
set/12	109,03	12,90	17,06	6,09	2,36	13,74	54,36	37,86	8,36	25,65	6,42	3,88	13,73

Fonte: Dieese (2012)

Em Porto Alegre também é a carne que tem maior peso na composição dos gastos da cesta básica, seguida pelo pão, constando em terceiro lugar o tomate. Comparativamente constata-se que o gasto mensal do Portoalegrense com carne, feijão, arroz e pão é superior ao gasto do Horizontinense. No caso do leite observa-se que o consumidor de Porto Alegre gasta menos do que o de Horizontina, assim como no óleo e no café.

Já em relação à variação dos preços dos cinco itens com maior peso na cesta básica, o levantamento do Dieese em Porto Alegre indica a seguinte evolução.

Figura 2 - Evolução dos preços da carne, tomate, pão, café e banana no município de Porto Alegre no período de abril de 2011 até setembro 2012



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Também no levantamento realizado em Porto Alegre o tomate é o produto com as maiores variações de preços no período.

Quando observadas as variações da cesta básica total dos dois municípios, constata-se que na maior parte dos meses o valor da cesta básica de Horizontina é menor, com exceção do mês de julho, quando o preço de Porto Alegre foi inferior, dados que podem ser visualizados no quadro 4.

Quadro 4: Valores da cesta básica (em R$) nos municípios de Horizontina e Porto Alegre entre abril e dezembro de 2011 e variação percentual

período	**abr/11**	**mai/11**	**jun/11**	**jul/11**	**ago/11**	**set/11**	**out/11**	**nov/11**	**dez/11**
Horizontina	259,13	257,13	268,92	266,51	263,24	256,11	263,24	274,40	264,35
variação		-0,8%	4,6%	-0,9%	-1,2%	-2,7%	2,8%	4,2%	-3,7%
Porto Alegre	264,63	265,7	272,24	259,60	271,25	272,09	277,34	279,64	276,86
variação		0,4%	2,5%	-4,6%	4,5%	0,3%	1,9%	0,8%	-1,0%
Período	**mar/12**	**abr/12**	**mai/12**	**jun/12**	**jul/12**	**ago/12**	**set/12**		
Horizontina	265,41	271,62	275,31	283,37	301,61	308,71	309,57		
variação	0,4%	2,3%	1,4%	2,9%	6,4%	2,4%	0,3%		
Porto Alegre	264,19	268,10	272,45	280,26	299,96	308,27	311,44		
variação	-4,6%	1,5%	1,6%	2,9%	7,0%	2,8%	1,0%		

Fonte: Resultados da pesquisa e Dieese (2012)

As informações do quadro 4 permitem diversas análises no que tange aos valores da cesta básica em Horizontina e Porto Alegre. Nos meses referentes ao ano de 2011 constata-

se que à exceção de julho, nos demais o preço da cesta básica de Porto Alegre foi maior do que o de Horizontina. Já no ano de 2012 entre março e agosto os preços de Horizontina é que foram maiores, sendo que em setembro voltou a ser maior o preço da capital gaúcha.

Analisando a variação do total necessário para adquirir uma cesta básica nos dois municípios constata-se que em Horizontina este valor aumentou em 19% durante o período em questão. Já em Porto Alegre esta elevação foi de 18%. Observando a média de variação mensal da cesta básica, tem-se que em Horizontina a variação mensal foi de 1,2% enquanto a de Porto Alegre foi de 1,1%.

Buscando observar de forma individualizada a variação dos preços em cada item da cesta básica foi elaborado o cálculo cujo resultado consta no quadro 5.

Quadro 5: Média de variação percentual nos preços de cada item da cesta básica no período de abril de 2011 a setembro de 2012 em Horizontina e Porto Alegre.

Produtos	**Horizontina**	**Porto Alegre**	**Produtos**	**Horizontina**	**Porto Alegre**
Carne	0,74	0,22	Pão	-0,03	-0,03
Leite	0,09	0,14	Café	0,90	1,52
Feijão	2,14	2,00	Banana	2,47	2,11
Arroz	1,45	1,27	Açúcar cristal	-0,16	0,20
Farinha de trigo	1,02	0,26	Óleo	0,97	0,99
Batata-inglesa	1,30	4,30	Margarina	1,56	-1,71
Tomate	7,74	7,75			

Fonte: resultados da Pesquisa e Dieese (2012)

Quando analisadas as variações nos preços para cada um dos itens da cesta básica, no período em questão, constata-se que em alguns produtos as médias de variação mensal são muito semelhantes para os dois municípios, chegando a ser idênticas como no caso do pão e, bastante destoantes, como no caso da batata-inglesa.

É possível constatar que nos dois locais o produto que apresenta a maior variação positiva é o tomate, seguido pela banana e feijão. Já o pão é o único produto que apresentou média negativa na variação dos preços.

6 Considerações finais

O levantamento de preços dos itens da cesta básica, realizado pelos acadêmicos do curso de Ciências Econômicas da FAHOR, tem enquanto pretensão avaliar o comportamento dos preços dos itens comparando-os mês a mês e também em relação ao mesmo mês do ano anterior. Não sendo, a priori, pretensão construir índice de inflação, mas sendo possível comparar o índice de variação da cesta básica com a inflação do período.

As informações que a pesquisa fornece permitem uma diversidade de análises. Neste artigo o objetivo foi realizar uma comparação entre os resultados do levantamento efetuado em Horizontina e aquele realizado pelo Dieese em Porto Alegre no período de abril de 2011 e setembro de 2012.

Conforme foi possível observar nos quadros e figuras apresentados no decorrer do texto, as principais observações que podem ser feitas em relação aos valores da cesta básica são de que enquanto em Horizontina a variação total foi de 19%, no município de Porto Alegre foi de 18%, com uma média mensal de elevação nos preços de 1,2% para o primeiro e de 1,1% para o segundo. Estas médias mensais estão razoavelmente acima das

taxas mensais de inflação o que pode indicar que os preços dos alimentos da cesta básica, ou alguns deles, apresentaram elevações de preços maiores do que a inflação.

As diferenças nas variações nos preços de cada item podem ter explicações nas diferenças de mercado em que cada produto se situa, tais como no caso da carne que tem fornecedores locais de Horizontina e que por este motivo pode estar sendo comercializadas por preços mais baixos. Na observação do valor total necessário para a aquisição de uma cesta básica constata-se que em Horizontina o consumidor gasta menos do que em Porto Alegre, aspecto que pode indicar a existência de maior número de fornecedores locais ou regionais para os produtos. Uma vez que em matéria de concorrência entre estabelecimentos esta é certamente mais acentuada em cidades como Porto Alegre. Mas também o aspecto renda pode ser fator que influencia para que os estabelecimentos de Horizontina não cobrem valores muito elevados para os itens da cesta básica, o que prejudicaria o poder aquisitivo da população local, cujo nível de renda é menor do que o dos consumidores portoalegrenses.

Ainda que o levantamento dos preços da cesta básica não permita a construção de um índice de inflação, inúmeras são as análises possíveis a partir da pesquisa. Neste trabalho apenas uma parte delas foram realizadas, sendo possível ainda efetuar aprofundamentos em relação ao comportamento do mercado de cada um dos treze itens. Certamente o comportamento em relação à produção de cada item pode auxiliar na explicação das variações observadas. Mas já é possível constatar que apesar das variações nos preços praticados mensalmente, no longo prazo o comportamento destes tende a uma estabilização, confirmando o observado na determinação dos objetivos macroeconômicos nacionais.

Referências Bibliográficas

DIEESE. **Nota Técnica: Atualização da Metodologia da Cesta Básica Nacional**. Disponível em: http://www.dieese.org.br/rel/rac/notaAtualizacaoCestaBasica.pdf. Acesso em: 27 mar. 2012.

FGV-IBRE. **Indicadores de Preço. Índices Gerais de Preço**. Disponível em: http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6160B0D7D. Acesso em: 26 mar. 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. IPC. Índice Quadrissemanal. **Taxa de variação da última quadrissemana**. Disponível em: http://www.fipe.org.br/web/index.asp?aspx=/web/indices/ipc/index.aspx. Acesso em 26 mar. 2012.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. **Manual de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

HALL, Robert E.; LIEBERMAN, Marc. **Macroeconomia Princípios e Aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IBGE@CIDADES. **Informações sobre Horizontina e Porto Alegre**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em março de 2012.

LEITÃO, Míriam. GRIBEL, Alvaro. Água na Fervura. **Coluna no Globo**, 05/01/2011. http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2011/01/05/agua-na-fervura-354509.asp. Acesso em julho 2011. Acesso em julho 2011

MENEZES, Valdelício. **Comportamento do consumidor: fatores que influenciam o comportamento de compra e suas variáveis**. Publicado em 07 de setembro de 2010. Disponível em:<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/comportamento-do-consumidor-fatores-que-influenciam-o-comportamento-de-compra-e-suas-variaveis/47932/. Acesso em julho 2011.

PARKIN, Michael. **Economia**. 8.ed. São Paulo: addison Wesley, 2009.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval Vasconcellos (orgs.). **Manual de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

ROCHA, Kátia Luciane Souza da. ROCHA, Jefferson Marçal da. **A Analise da Evolução do Custo da Cesta Básica no Rio Grande do Sul Através da Modelagem Matemática**. Experiências em Ensino de Ciências – V3(3), pp.71-79, 2008.

RODRIGUES, Marcia Aparecida. JUPI, Viviane da Silva. **O comportamento do consumidor – Fatores que influenciam em sua decisão de compra**. Revista de Administração Nobel, Nº 03, p. 59-70,jan./jun.2004.http://pt.scribd.com/doc/6955640/artigo-O-comportamento-do-consumidor-Fatores-que-influenciam-na-decisao-de-compra. Acesso em julho 2011.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio. **Comportamento do consumidor: conceitos e casos.** São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SILVA, César Roberto Leite da. **Preços de alimentos e inflação**. Publicado em 13/02/2008. http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=9197. Acesso em julho 2011

VASCONCELLOS, Marco Antônio S. **Economia: micro e macro – teoria e exercícios, glossário com os 260 principais conceitos econômicos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos da Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.